

# O SUL EMERGENTE

Sandra Aparecida Cardozo

FÁBIO VILLARES (org.)

## Índia, Brasil e África do Sul: Perspectivas e Alianças

São Paulo,  
Editora UNESP: IEEI,  
2006, 368 páginas

O livro *Índia, Brasil e África do Sul: Perspectivas e Alianças*, composto por sete capítulos escritos por autores indianos, brasileiros e sul-africanos, é fruto de uma extensa pesquisa, com apoio da Fundação Ford, sobre a sinergia cooperativa destes três países, que estabeleceram uma aproximação através da Declaração de Brasília em 2003, também conhecida como «Diálogo Índia, Brasil, África do Sul» (IBSA). Sobre a Índia, encontram-se dois capítulos, de Amit Shovon Ray e Sidharth Mallavarapu, que expõem, através de abordagens específicas e distintas, as possibilidades e os desafios impostos para que o país se torne uma potência efectiva.

No primeiro capítulo, «Vulnerabilidades e impasses do novo padrão de acumulação brasileiro», sobre o Brasil, o economista Fábio Villares coloca a importância do papel do Estado na indução e na coordenação do desenvolvimento económico e dos grupos empresariais locais como instrumentos de consolidação e projeção do poder nacional. Villares trata das reformas liberalizantes na economia brasileira na década de 1990 e considera que o cres-

cimento económico brasileiro ficou muito aquém dos principais países emergentes e de sua própria trajectória passada, pois os grupos dominantes no país estão muito mais identificados com o lado do capital financeiro, diferentemente de outros países emergentes que parecem apresentar padrões de desenvolvimento sustentados por coalizões lideradas pelo sector produtivo que apoiam e são apoiadas pelo Estado.

### A ÍNDIA E A GLOBALIZAÇÃO

«Rumo à globalização: aspirações e apreensões económicas da Índia no novo milénio», de Amit Shovon Ray, professor de Economia da Universidade de Jawaharlal Nehru, é o segundo capítulo do livro e estende-se por mais de oitenta páginas. Numa abordagem económica, Ray considera que a integração da economia global segundo os princípios do livre-comércio, expresso popularmente como globalização, foi arquitectada pela OMC (Organização Mundial do Comércio). Tanto a Índia como a China, duas grandes economias tradicionalmente introvertidas, souberam posicionar-se e tirar partido dessa nova ordem

mundial. Embora as oportunidades tenham existido para países em desenvolvimento, em particular para a Índia, graves desafios e ameaças se colocam.

A extensão do texto deve-se ao carácter informativo dado pelo autor que expõe toda a estrutura institucional do GATT e da OMC e seus elementos de liberalização do comércio mundial. Com o mesmo rigor de informações, Ray dimensiona as reformas económicas na Índia de 1991, considerada uma ruptura radical com o passado de estratégia de substituição de importações, desde os seus aspectos precedentes às fases subsequentes.

Para Ray, o crescimento asiático não pode ser entendido como um fenómeno regional e isolado, pois reflecte o desenvolvimento de um padrão de especialização global. A Índia, numa perspectiva de vantagens comparativas, não apresenta somente uma abundância em mão-de-obra de baixos custos, mas vantagens calcadas no conhecimento, em que os pilares são o capital humano e a tecnologia. A Índia, «graças a seu passado colonial e o seu vasto sistema universitário, transformou parte de sua mão-de-obra de baixa remuneração em capital humano barato com algum conhecimento de inglês, e, nos sectores de *software* e de serviços de informação, esse é um valor incomensurável» (p. 121).

As oportunidades económicas apresentadas à Índia impõem construção de coalizões e criação de sinergias cooperativas numa perspectiva de interesses relativos ao Sul. Para alcançar soluções mais justas nas negociações globais, a Índia, como argumenta Ray, talvez tenha no Brasil e

na África do Sul os parceiros mais óbvios nessa coalizão.

No capítulo quatro, «O modelo da globalização e a formulação da política externa indiana», Siddharth Mallavarapu, professor de Política Internacional da Universidade Jawaharlal Nehru, face ao possível alinhamento da Índia com os Estados Unidos lança vários questionamentos que percorrem o desenvolvimento do texto. A partir da afirmação vista por optimistas de que a Índia teria chegado a um bom patamar do sistema internacional, o autor indaga: «Será que essa afirmação é prematura, no ponto em que atualmente nos encontramos? Quem são os actores sociais que mais fazem essa afirmação? Em que eles se baseiam? Quem são os principais críticos dessa afirmação? Qual a versão mais plausível da situação que nos encontramos hoje e o que a Índia tem pela frente num mundo previsível?» (p. 214).

Mallavarapu parte do princípio de que a crença predominante entre as elites governamentais da Índia como uma grande potência, está associada à percepção do posicionamento indiano do lado vitorioso da globalização. Desta forma, o autor não constrói respostas imediatas aos seus questionamentos iniciais, mas discorre longas páginas sobre a globalização desmistificando-a como um fenómeno estritamente económico e recente. Mallavarapu fundamenta-se num amplo debate sobre o termo globalização e explicita a sua posição, pois afirma «que a globalização se origina da sociedade “pré-moderna”, implica “des-territorialização” e “compressão do tempo e do espaço”, que ela inclui tanto o Ocidente quanto o não-Ocidente e exerce

um impacto directo ou indirecto sobre as facetas económicas, sociais e políticas da existência humana colectiva» (p. 220). O empenho de Mallavarapu neste propósito é identificar equívocos e «presentismos» no termo globalização da forma como é disseminado. Entretanto, o seu objetivo não se detém somente neste factor conceptual, pois, através de autores que trabalham com uma concepção histórica, expõe tal posição sobre a globalização através da perspectiva de um indiano e demonstra que se a globalização é o fluxo de capital, ideias, mercadorias e pessoas entre fronteiras, estes fluxos já ocorreram na Índia muito antes do período da colonização britânica.

Na análise da política económica actual da Índia, Mallavarapu não deixa a perspectiva histórica como análise e afirma que um Estado pós-colonial não pode furtar-se ao exame da natureza do colonialismo e do seu impacto na formação de suas reacções ao mundo exterior. Porém, faz a ressalva de que «essa idéia não pretende de modo algum sugerir que tudo o que é pós-colonial seja uma simples réplica de algum modelo herdado do passado, mas ao contrário, sugere que nossa renegociação de nossa herança colonial determinou algumas de nossas escolhas, afastando-nos de outra» (pp. 234-235). Esta alegação enfatizada pelo autor permite, nesta perspectiva, compreender a intersecção da economia e do nacionalismo indiano clarificada na crença da «auto-suficiência» como *leitmotif* da motivação económica da Índia pós-colonial, pois proteccionismo e construção de nação «eram projectos políticos uníssonos». A busca de autonomia

também teve reflexo na política externa, e o desejo de auto-suficiência esteve presente tanto no desenvolvimento económico quanto na área de defesa.

### **O PARADOXO INDIANO**

Os sucessos das reformas económicas realizadas na década de 1990 não asseguram, para Mallavarapu, o ideal da Índia de se tornar uma grande potência. Para ele há uma inconsistência de status, ou seja, continua existindo um paradoxo tal como na época do primeiro-ministro Nehru, com uma considerável militância na política externa indiana, mas que contrastava com as reais capacidades. Se hoje a Índia, por um lado, apresenta consideráveis avanços na área de tecnologia e mantém posturas na política externa tradicionalmente defendidas, como a questão nuclear e distribuição justa da representatividade dos países no Conselho de Segurança da ONU, assim como a democracia internamente é o bem mais promissor do país, por outro, os índices de desenvolvimento humano e os problemas de infra-estrutura, por exemplo, não permitem ainda ao país, neste momento, ser uma potência mundial.

Sobre a África do Sul, o capítulo três, «A África na era pós-apartheid: a convergência da política externa e das prioridades de estratégia comercial para fazer face aos desafios de crescimento económico da equidade», de Lyal White, e o capítulo cinco, «A África do Sul do pós-apartheid: do isolamento económico à transformação social», de Garth L. Lê Pere, dimensionam a transição democrática ocorrida no país em 1994. White relata os pressupostos básicos da política externa sul-africana

cana e o valor dado ao multilateralismo e a prioridade à cooperação Sul-Sul, tanto no âmbito do IBSA quanto na coalizão G-20 na OMC. Lê Pere coloca a questão de uma sociedade que, embora tenha caminhado para uma transição democrática, ainda traz a marca da divisão social do *apartheid*. Em «Estratégias internacionais e diálogo Sul-Sul no governo Lula: alianças duradouras ou coalizões efêmeras?», capítulo sexto, Marcelo Fernandes de Oliveira, relata a origem da aproximação dos três países durante o contencioso das patentes farmacêuticas contra os Estados Unidos em 2002 e a perspectiva «Sul» dada pelo Governo Lula à política externa brasileira. O livro, em seu aspecto geral, prima pela análise individual dada aos três países. Por este motivo, os leitores que têm interesse específico pela Índia, encontram visões

particulares, sob a óptica indiana em dois extensos capítulos, de Amit Shovon Ray e Siddharth Mallavarapu, que caracterizam o perfil das reformas económicas, os desafios internos e os factores políticos de inserção do país na ordem internacional. Entretanto, o livro parece deixar uma lacuna sobre a efectiva aproximação entre estes países. No último capítulo, «África do Sul, Brasil e Índia: divergências e perspectivas de alianças», Gilberto Dupas, conhecido economista brasileiro, revela não visualizar as sinergias entre os três países como um bloco coeso capaz de influir no poder mundial. Numa análise comparativa, Dupas argumenta que estes países apresentam mais diferenças do que semelhanças e acredita que relevantes são as análises do padrão de inserção que estes países estão construindo na economia mundial. **RI**